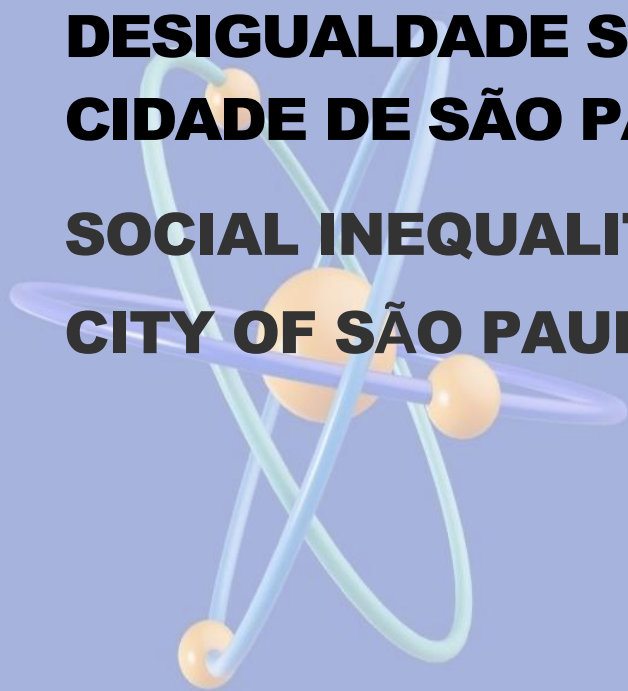


DESIGUALDADE SOCIAL NA CIDADE DE SÃO PAULO

SOCIAL INEQUALITY IN THE CITY OF SÃO PAULO



DOUGLAS ANTÔNIO DOS REIS

Graduação em Artes Visuais pela faculdade Mozarteum de São Paulo (2018); Pós-graduação em Alfabetização e Letramento pela faculdade Casa Branca (2020). Professor de ensino Infantil e Fundamental I no Estado de São Paulo.

RESUMO

A distribuição de renda é um dos fatores que contribuem para o aumento das desigualdades sociais no mundo todo. Na cidade de São Paulo não é diferente. Questões como escolaridade, cor de pele, gênero e opção sexual aprofundam cada vez mais as diferenças entre famílias que vivem nas periferias e as que estão na região central. A disparidade entre pessoas que concentram a maior parte da riqueza e as que vivem em extrema pobreza é assunto de diversos estudos. A segregação social impede, muitas vezes, que pessoas de baixa renda tenham acesso aos serviços públicos, ao transporte, a inserção ao mercado de trabalho e etc. Ao observar o espaço urbano da cidade, percebe-se que as pessoas pobres foram “empurradas” para as periferias e que nelas as condições de moradia são péssimas. A segregação socioespacial então é entendida como separação ou isolamento de uma boa parte da população. Este artigo, baseado em pesquisa bibliográfica, procura estabelecer as causas das desigualdades e como combatê-las.

Palavras-chave: Desigualdade social; Vulnerabilidade; Periferia.

ABSTRACT

Income distribution is one of the factors contributing to rising social inequality worldwide, and the city of São Paulo is no exception. Factors such as education level, skin color, gender, and sexual orientation

increasingly widen the gap between families living on the city's outskirts and those in the central area. The disparity between those who hold the majority of the wealth and those living in extreme poverty is the subject of numerous studies. Social segregation often prevents low-income individuals from accessing public services and transportation, as well as from entering the labor market. An examination of the city's urban landscape reveals that the poor have been "pushed" to the outskirts, where housing conditions are abysmal. Socio-spatial segregation is thus understood as the separation or isolation of a significant portion of the population. Based on a literature review, this article seeks to identify the causes of these inequalities and explore ways to combat them.

Keywords: Social inequality; Vulnerability; Outskirts.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 70 muitos estudos foram produzidos sobre a desigualdade social, estes desencadeados pela publicação do Censo brasileiro. Langoni (1973) relacionou essas desigualdades às diferenças educacionais das pessoas e à força de trabalho, sem discernir os determinantes para estas.

A estrutura de classes corresponde a um tipo particular de rede complexa de relações sociais que determina o acesso aos recursos produtivos básicos e molda os interesses materiais. Pode ser representada, adequadamente, como uma matriz multidimensional de localizações determinadas pela distribuição dos ativos geradores de exploração. Essa estrutura de relações sociais gera uma matriz de interesses baseada na exploração. A sociedade capitalista contemporânea assistiu ao desenvolvimento de múltiplas explorações, isto é, diferentes formas de combinação de diferentes mecanismos de exploração (Santos, 2005, p.33).

Fishlow (1972) usou as políticas de crescimento do regime militar para relacionar as desigualdades, mas não descreveu como ocorreram. Na década de 80 estes estudos diminuíram, voltando na década de 90 à literatura econômica do país. O fato principal é que a desigualdade brasileira vem crescendo desde 1960 e na década de 90 atingiu um patamar superior a qualquer país da América Latina (Psacharopoulos e outros, 1992).

Geoff Payne (2000) explica o que é desigualdade social em nove características:

- 1) Uma divisão social é um princípio de organização social que resulta em uma distinção ampla na sociedade entre duas ou mais categorias logicamente relacionadas, que são sancionadas como substancialmente diferentes uma da outra em termos materiais e culturais;

- 2) Embora não seja permanentemente estabelecida de uma forma dada, uma divisão social tende a ser duradoura e é sustentada por crenças culturais dominantes, a organização das instituições sociais e a interação situacional dos indivíduos;
- 3) Uma divisão social é socialmente construída, no sentido de não ser uma simples manifestação das leis naturais e inevitáveis da existência, mas isto não significa que pode ser ignorada e revisada de momento a momento nas interações sociais, interpretações, decisões ou atos sociais dos indivíduos;
- 4) A filiação a uma categoria da divisão social confere oportunidades desiguais de acesso a recursos desejáveis de todos os tipos – portanto diferentes chances de vida e estilos de vida – em relação aos membros de outras categorias;
- 5) A extensão da diferenciação entre as categorias varia de divisão social para divisão social, mas movimentos através da divisão são ou raros ou relativamente demorados de serem realizados;
- 6) Ser socialmente dividido, tender a produzir identidades sociais compartilhadas pelas pessoas na mesma categoria, frequentemente expressas por suas diferenças percebidas em relação aos membros de uma categoria alternativa da mesma divisão;
- 7) Cada divisão social inclui todos os membros da sociedade em uma ou outra das suas categorias, mas os indivíduos raramente têm perfis combinados de pertencimento de categoria através do espectro de divisões sociais;
- 8) Um exame das chances de vida e estilos de vida é um método empírico de identificar as divisões sociais e categorias;
- 9) Embora muitas divisões sociais específicas sofram a oposição daqueles prejudicados por elas, o princípio de divisões sociais é uma característica sistemática universal da sociedade humana.

A desigualdade de renda não é a única que ressalta os problemas sociais, a desigualdade racial impede o acesso a escolaridade e até ao saneamento básico.

Diz respeito à vasta parcela daqueles que estão à margem, desligados ou desenraizados dos processos essenciais da sociedade. Trata-se daquilo que se convencionou denominar os excluídos, noção ampla e escorregadia que se tornou de uso corrente e que necessita ser trabalhada empírica e teoricamente (Kowarick, 2009, p. 27)

A desigualdade de gênero ressalta um país predominantemente machista que diferencia a remuneração entre homens e mulheres abrindo brechas para elas serem assediadas tanto moralmente quanto sexualmente. E neste rastro de desigualdades, o Brasil é o país em que se mais mata população não binária, esta desigualdade relacionada à orientação sexual. Assim, este artigo aborda a divisão de renda como indicador de bem-estar social na cidade de São Paulo relacionando ao nível de escolaridade, diferenças de gênero e cor. Como indicador de renda, utiliza-se o rendimento mensal *per capita*, ou seja, a soma dos rendimentos que cada pessoa, que compõe uma família, recebe por sua mão de obra.

como um país desigual, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social, que excluiu parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania (Paes de Barros, Henriques e Mendonça, 2001, p. 5).

Percebe-se que há uma grande desigualdade de renda tanto no país, quanto no Estado e na cidade de São Paulo. Mesmo na cidade o acesso à cultura, escolaridade, serviços públicos saúde e etc. É discrepante, causando cada vez mais desigualdade social. As políticas públicas e serviços não chegam às periferias, são direcionadas às regiões centrais, preterindo grande parcela da população e aprofundando as desigualdades sociais.

“... conceito de pobreza se associa ao de exclusão, vinculando-se às desigualdades existentes e especialmente à privação de poder de ação e representação e, neste sentido, exclusão social tem que ser pensada também a partir da questão da democracia” (Wanderley, 2001, p. 23).

NÍVEL DE ESCOLARIDADE

O nível escolar de cada cidadão brasileiro varia muito desde a década de 50, diferenciando as pessoas que moram na cidade, no campo, gênero e cor. O desenvolvimento educacional brasileiro fica abaixo de outros países desenvolvidos como Estados Unidos, Argentina e Coreia. Na cidade de São Paulo, a média do nível de escolaridade dos chefes de família ainda fica abaixo de alguns países desenvolvidos, mesmo sendo melhor do que em outras cidades do Estado. Nas regiões metropolitanas também há diferenças no nível de escolaridade, quanto mais periférico, menos escolaridade.

[...] a pujança do crescimento de São Paulo, representado pela concentração, sem paralelo no país, dos meios de produção, dos serviços, do capital, da riqueza enfim, vai de par com o aumento da pobreza. O desenvolvimento paulistano, examinado à luz das condições de vida dos habitantes, traduz-se num elevado e crescente desnível entre a opulência e as dificuldades de muitos. O agravamento das condições de vida da maioria é um índice que se revela de modo dramático na inflexão da curva de mortalidade infantil (apud Camargo 1976, p. 8).

Os problemas sociais enfrentados pelos paulistanos são bem diferentes entre as regiões, a parcela da população que vive perto do local do serviço tem pleno acesso a infraestrutura social, já a que mora longe do local de trabalho, não tem.

Nas regiões ricas de São Paulo, concentram-se as escolas particulares mais caras que exibem os índices altos em aprovação das faculdades concorridas, enquanto nas regiões pobres e periféricas os índices mais altos são o de abandono escolar, gravidez precoce e violência.

Esta diferença se dá pelo investimento econômico que as famílias fazem e pela dedicação exclusiva do aluno ao estudo, concomitante a relação à cultura que estes estudantes têm.

Já em domicílios em que a renda não é muito alta e nem muito baixa, também há incentivo ao ensino técnico, visando futuramente o campo de trabalho. Assim, percebe-se que as condições materiais de existência, derivadas da renda, estão intrinsecamente ligadas a escolaridade e as condições habitacionais, resultando em mais desigualdade social. O investimento educacional também influencia no sucesso escolar, pois índices e *ranking* mudam a opinião pública.

DESIGUALDADE DE RENDA POR CAUSA DA COR DE PELE

Muitos estudos foram feitos sobre a segregação urbana derivada da questão racial, dentre eles: Rolnik (1989), Oliveira (2009), Villaça (2011), Telles (2012) e França (2017). Rolnik descreve a relação das pessoas negras e o acesso à terra no período do fim da escravização, bem como um “projeto de limpeza” que incluem ações de expulsão, marginalização e deslocamento forçado destas pessoas.

Em São Paulo com o incentivo para atrair imigrantes europeus (novo proletariado), depois da libertação dos escravizados, houve um branqueamento da população, deslocando os negros para áreas que passaram a ser malvistas. Assim estas pessoas passaram a ser excluídas geografica e socialmente.

... E queremos também que se reflita sobre a ambiguidade desta história de que são vítimas os negros, numa sociedade que os exclui de seus benefícios, mas consome os deuses, as comidas, a música e todas as festas de negros, esquecidos de suas origens. Por isso, esta história não registra apenas o fracasso do negro frente às inúmeras injustiças sofridas, mas também sua vitória, no rastro profundo deixado na cultura brasileira por negros e mestiços, construtores silenciosos de nossa identidade. Tudo isso é memória, parte de uma história escamoteada que já não poderá mais ficar esquecida pela história oficial (Emanoel Araújo, como curador da exposição “Negras Memórias, Memórias dos Negros - O Imaginário Luso- Afro- Brasileiro e a Herança da Escravidão”, 2003.).

A socialização entre pessoas brancas e negras em São Paulo se dava nas classes mais baixas, enquanto as mais ricas se isolavam. Mesmo esta interação, das classes mais baixas, se estabelecia com o branco sendo o patrão e o negro o empregado.

Lélia Gonzales (1982) traça um perfil entre “lugar do branco e lugar do negro” onde o “lugar do branco” sempre vem com privilégios e vantagens, demonstrando assim a segregação da população negra à regiões sem condições básicas de vida. Isto em todos os quesitos: saneamento básico, acesso a água potável, escolaridade, saúde, moradia e etc.

Então a segregação racial está profundamente conectada à desigualdade de renda, social e etc.

DESIGUALDADE SOCIAL POR CAUSA DO GÊNERO

Nas relações de poder o que está em jogo é o domínio do território que pode ser espaço de identidade, político, cultural e etc. As relações de gênero permeiam o domínio deste território.

[...] o território é, de início, um espaço cultural de identificação ou de pertencimento e a sua apropriação só acontece em um segundo momento”. Nas palavras da autora significa “[...] um espaço político, um jogo político, um lugar de poder. Definir seus limites, recortá-los, é sinônimo de dominação, de controle (Medeiros 2008, p. 217).

Assim, a violência de gênero é o fruto da luta por este território, ou seja, a luta pelo espaço dentro da cidade, pelo reconhecimento e direitos. Porém, com a dominação hegemônica de um grupo masculino, desde épocas antigas, o corpo feminino é controlado, marginalizado e estereotipado para que haja controle social e delimitação do papel da mulher na sociedade.

Esta supremacia masculina, que está arraigada em muitas sociedades, é naturalizada, impondo à mulher um papel que muitas vezes ela não quer e nem escolhe.

Ao longo dos séculos, naturalizou-se a discriminação das mulheres por serem seres inferiores aos homens, restringindo-lhes à uma identidade derivada e inferior a masculinidade. Com esta misoginia a mulher teve o espaço de estudo, hora retirado, hora reduzido.

[...] eu pretendo somente fazer ver que meu sexo não é tão desprezível como os homens querem fazer crer, e que nós somos capazes de tanta grandeza de alma como os melhores desse sexo orgulhoso; e estou mesmo convencida que seria vantajoso para os dois sexos pensar dessa maneira. Essa verdade se prova pelas más consequências que resultam do erro contrário. Acreditando-nos incapazes de aperfeiçoar o nosso entendimento, os homens nos têm inteiramente privado de todas as vantagens da educação e, por este meio, têm contribuído tanto quanto lhes é possível a fazer-nos criaturas destituídas de senso, tais quais eles nos têm figurado (Duarte, 2010, p.103).

Muito tempo depois e fruto de muita luta feminista, o conceito de gênero surge para acirrar os debates sobre as condições impostas às mulheres nas sociedades contemporâneas.

[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (Scoot, 1990, p.21)

Mesmo com muita reflexão sobre a discriminação de gênero, a mulher ainda não consegue ocupar o espaço político-social que quer, pois o conceito de “sexo frágil” ainda está arraigado nas sociedades.

Falar das desigualdades não é apenas tratar do problema do ponto de vista do acesso desigual aos espaços e processos das cidades é, acima de tudo, reconhecer que as desigualdades entre mulheres e homens não atravessam a produção e reprodução das cidades, mas são, por princípio, elementos constituintes das mesmas. Esta é uma distinção importante, na medida em que se atuamos apenas no plano das desigualdades de acesso estaremos trabalhando os impactos da estrutura na vida das mulheres –o que é importante, mas não o suficiente –enquanto que ao assumirmos as desigualdades de gênero como estruturadoras e dinamizadoras das cidades estaremos enfrentando a questão do poder e conseqüentemente dos privilégios que os homens têm com a conservação desta estrutura” (Gouveia, 2005, p. 56).

A segregação da mulher na sociedade é fruto do apagamento histórico e exclusão feminina, ao mesmo tempo que legitimiza a supremacia masculina sustentando desigualdade de poder, o que dificulta o acesso ao âmbito social, educacional, político, econômico ou cultural.

Tudo isso reforça e alimenta a violência de gênero. Mesmo sendo a maioria no ensino superior, as mulheres estão em menor número na força do trabalho e em ocupar cargos. Com o mesmo nível de escolaridade, as mulheres ainda ganham menos que os homens.

Outro agravante é a imposição quase que majoritária dos serviços domésticos e cuidados com os filhos às mulheres.

Dados de 2018 da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) do IBGE revelam que, no Brasil, os homens dedicam 10,5 horas por semana tarefas domésticas (homens negros dedicam 10,6 horas, e homens brancos, 10,4 horas). As mulheres, por sua vez, gastam 18,1 horas por semana com estas tarefas (mulheres negras dedicam 18,6 horas por semana, e brancas, 17,7).

Assim, sob a lógica capitalista e patriarcal, as desigualdades são perpetuadas pela organização do trabalho, que destina às mulheres ocupações e salários inferiores, enquanto sobra para elas também a responsabilidade das tarefas do lar, o que causa exaustão física e emocional. Mulheres negras sofrem ainda mais com sobreposição do racismo, sexismo e exploração de classe segundo Angela Davis (2016).

Violência de gênero é um reflexo da sociedade estruturada em desigualdade, tentando retirar direitos femininos e subjugando as mulheres como propriedade.

Desqualificando a autonomia, o papel de gênero subalterno é constantemente imposto, Butler (2003) afirma que: “O gênero é uma construção social performativa, e as normas sociais reforçam padrões de feminilidade que mantêm as mulheres em posição de submissão.”

Observando a interligação entre gênero, raça e classe, observa-se a desigualdade social aumentando exponencialmente e a violência contra a mulher é o lado mais visível. A baixa representatividade feminina nos espaços públicos, a sobrecarga de trabalhos domésticos e a discriminação sofrida no mercado e trabalho fazem com que corpos femininos estejam em constante opressão.

Angela Davis e Lélia Gonzalez apontam que a violência contra a mulher tem as raízes profundas e fundamentadas na história do patriarcado brasileiro e na lógica capitalista.

Então, para se combater a desigualdade social, é preciso igualdade de gênero, visando justiça social, democracia e dignidade humana.

Atualmente o que se observa no mundo e no país é um aumento significativo de violência contra a mulher. Divulgação de grupos machistas que transmitem misoginia, ódio e inferiorização das mulheres como estado de direito.

É ponto pacífico na literatura que o feminicídio pode ser considerado o resultado final e extremo de um continuum de violência sofrida pelas mulheres (Kelly, 1988). Ao mesmo tempo, a literatura internacional reconhece que a maior parte dos homicídios que ocorrem nas residências são de autoria de pessoas conhecidas ou íntimas das vítimas (Cerqueira, 2014). Estudo conduzido por Campbell et al. (2003) em onze cidades, com 220 vítimas de feminicídio íntimo, nos Estados Unidos, verificou que 70% tinham sofrido violência física do parceiro íntimo antes do assassinato; e que, entre os fatores de risco, estavam o acesso a armas de fogo por parte do agressor, a dependência química e o fato de residirem no mesmo endereço. Diante destas premissas, as análises apresentadas nesta seção utilizam os registros de homicídios de mulheres nas residências como proxy do feminicídio (Cerqueira et al., 2020, p. 38).

Porém há pequenas vitórias, fruto de lutas incansáveis, leis e projetos que tentam salvaguardar as mulheres.

A força de trabalho masculina aparece como força livre, a força de trabalho feminina como sexuada. Ou seja, as condições de negociação da força de trabalho não são as mesmas, o que nos permite concluir pela sexualização da força de trabalho e, conseqüentemente, das relações e práticas de trabalho (Souza-Lobo, 1991, p. 152).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade social é um problema que assola a maioria das cidades, em São Paulo não é diferente, ela tem origem em muitos fatores, mas a não divisão equitativa da renda é um dos pilares do capitalismo. Ao analisar, estudar e discutir a desigualdade, evidenciam-se os problemas, mas também soluções viáveis.

Porém, nota-se uma demanda no mercado financeiro que requer a perpetuação de um território machista e de elite, segregando a maioria ao papel de mão-de-obra barata e descartável.

[...] se devemos confrontar estas formas de injustiça, precisamos conceituar novamente a desigualdade sexual como um problema, não de discriminação arbitrária, mas de dominação.

... A subordinação das mulheres não é fundamentalmente uma questão de diferenciação irracional com base no sexo, mas de supremacia masculina, sob a qual as diferenças de gênero são tornadas relevantes para a distribuição dos benefícios, para desvantagem sistemática das mulheres.

... como o problema é a dominação, a solução não é apenas a ausência de discriminação, mas a presença de poder. A igualdade requer não apenas igual oportunidade de buscar papéis definidos por homens, mas também igual poder de criar papéis definidos por mulheres ou de criar papéis andróginos, que homens e mulheres tenham interesse em preencher.

... a partir de uma posição de igual poder, não teríamos criado um sistema de papéis sociais que definem os trabalhos “masculinos” como superiores aos trabalhos “femininos” (Kymlicka, 2006, p. 312-3).

A extratificação das camadas sociais está cada vez mais evidente e isso se deve às ideias neoliberais que avançam no mundo todo, Estado mínimo para a população com privilégios sem fim para uma elite que se apropriou do espaço político. É essa elite que quer impor leis e serviços públicos que não atendem a população, perpetuando as desigualdades em um ciclo sem fim. Cabe ao povo ocupar estes territórios por meio da política e da tomada de poder.

REFERÊNCIAS

- BARROS, R. P. De; MENDONÇA, R. S. P. A evolução do bem-estar, pobreza e desigualdade no Brasil ao longo das últimas três décadas – 1960/90. *Pesquisas e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 1-32, abr. 1995.
- BENTO, C. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BUTLER, J. Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAMARGO, C. P. F. São Paulo, 1975 crescimento e pobreza: estudo realizado para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. São Paulo: Edições Loyola, 1976.
- CERQUEIRA, D. et al. Atlas da violência 2020. São Paulo: Ipea, 2020.
- DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUARTE, C. L. N. F. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, v. 7, n. 1, p. 223–244, 1984. Disponível em: <https://patriciamagno.com.br/wpcontent/uploads/2021/04/GONZAL1.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2026.
- HARVEY, D. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo, Martins Fontes, 2014.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. Rio de Janeiro, 2018.
- _____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua. Rio de Janeiro, IBGE, 2021.
- KYMLICKA, W. *Filosofia política contemporânea*: uma introdução. Trad. Luís Carlos Borges e Marilene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- KOWARICK, L. A espoliação urbana. São Paulo, Paz e Terra, 1980.
- _____. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo, Editora 34, 2009.
- KOWARICK, L. et al. (orgs.). Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos. São Paulo, Editora 34, 2016.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008. p. 217-228. Disponível em:<<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20FICO%202017/2-LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>>.

Acesso em: 12 jan. 2026.

PAYNE, G. *Social divisions*. New York: Santin's Martin Press, 2000.

Rodrigues, R. N. Os africanos no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

ROLNIK, R. Território negro nas cidades brasileiras: etnicidade em São Paulo e Rio de Janeiro, 1989.

SANTOS, J. A. F. Classe social e desigualdade de gênero no Brasil. Trabalho apresentado no XXIX Encontro Anual da ANPOCS, GT "Gênero na Contemporaneidade, 2005.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade. Porto Alegre, v.16, n.2, p., 5-22, jul/dez., 1990.

SOUZA-LOBO, E. A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

WANDERLEY, M.B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA. B. (org). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.